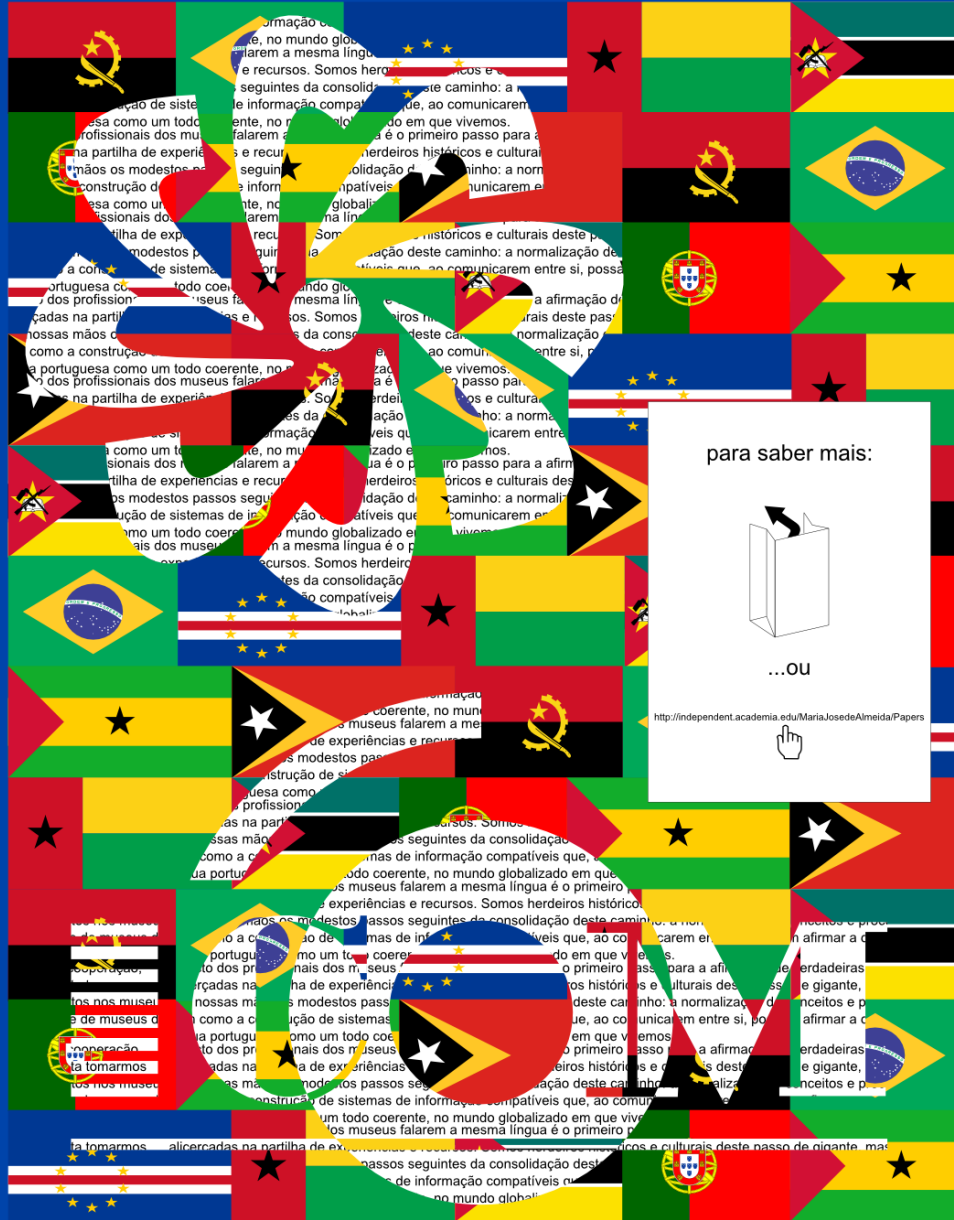
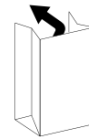


# já que falamos a mesma língua...

## falemos de normalização e tecnologias de informação em museus



para saber mais:



...OU

<http://independent.academia.edu/MariaJosedeAlmeida/Papers>



## **JÁ QUE FALAMOS A MESMA LÍNGUA... FALEMOS DE NORMALIZAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS**

Maria José de Almeida  
Câmara Municipal de Cascais  
[m.jose.almeida@cm-cascais.pt](mailto:m.jose.almeida@cm-cascais.pt)

### **Resumo**

Os museus da CPLP têm a língua portuguesa como um dos seus mais importantes traços identitários. Contudo, falarmos a mesma língua não chega para que se construa uma linguagem comum. A construção de uma linguagem comum aos museus da CPLP necessita de instrumentos de normalização e controle terminológico, bem como da definição semântica de conceitos e da normalização de procedimentos na sua utilização.

As tecnologias da informação apresentam-se como um poderoso auxiliar nesta tarefa e são apresentados dois exemplos em Portugal em que a sua utilização, bem como a realização de programas de formação orientados para o seu uso, contribuíram para a criação de sistemas interoperáveis e de redes de cooperação e partilha de recursos.

Discute-se a oportunidade e o desafio que pode constituir a criação de uma rede de profissionais no âmbito da CPLP, entendida como espaço de universalização de normas e conceitos nos museus de língua portuguesa.

### **1. Introdução**

A partilha de uma língua comum em contexto profissional é, sem dúvida, um trunfo na construção de redes de cooperação e comunicação. O facto de não ser necessária mediação para que os profissionais comuniquem entre si permite a circulação de informação de uma forma eficaz e torna mais intuitiva e fácil a partilha de experiências e competências.

Contudo, falarmos a mesma língua não chega para que se construa uma linguagem comum. Mesmo com a aproximação decorrente do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AO 1990), a construção de uma linguagem comum aos museus da CPLP necessita de instrumentos de normalização e controle terminológico, bem como da definição semântica de conceitos e da normalização de procedimentos na sua utilização. A elaboração de um léxico técnico-científico comum da língua é, aliás, uma das decisões da Reunião Extraordinária dos Ministros da Educação e Cultura da CPLP (Lisboa 2008) [1] que urge cumprir no âmbito dos museus.

A experiência mostra que os profissionais dos museus de língua portuguesa, regra

geral, não são tão sensíveis a questões de normalização quanto seria de esperar. Esta tendência decorre de múltiplos fatores, cuja discussão sai fora do âmbito do presente texto. A introdução das tecnologias de informação nos museus veio obrigar a contrariar essa tendência. A gestão de coleções foi, por razões óbvias, a primeira área onde as tecnologias de informação penetraram nos museus, sendo hoje consensual que os inventários devem recorrer a sistemas e suportes digitais. A massificação da utilização da internet veio depois reforçar a necessidade de presença dos museus na *world wide web* e, mais recentemente, a chamada *web 2.0* veio trazer uma nova dinâmica na relação dos museus com os seus públicos.

No âmbito das tecnologias de informação, a normalização passa a ser um conceito essencial, já que a gestão de informação nestes moldes convive mal com a forma de organização de dados – que tendencialmente encontramos nos museus – alicerçada na intuição, informada por uma formação académica que privilegia o lado *connaisseur* sobre uma taxonomia universal. Se queremos que o nosso museu faça parte de uma rede, seja qual for o âmbito ou escala, temos que nos preocupar também com questões ligadas à semântica e interoperabilidade de sistemas [2].

Estas questões ultrapassam a utilização de uma língua comum, sendo mesmo independentes da língua utilizada pelos diferentes produtores de conteúdos. Contudo, o facto dos museus da CPLP partilharem a língua portuguesa como ferramenta de trabalho representa uma vantagem à partida no caminho a percorrer, quer na construção de uma linguagem comum, quer na construção de uma rede de museus de escala global. Por outro lado, nenhum dos passos que vierem a ser dados é verdadeiramente consequente se não for abraçado pelos profissionais dos museus, já que é neles que reside o funcionamento quotidiano destas entidades. A formação assume assim uma importância vital neste processo, não só porque garante a adequada qualificação para a utilização eficaz das tecnologias de informação, como também se constitui como veículo de normalização de conceitos e procedimentos.

## **2. Um exemplo local e outro regional**

O Município de Cascais (Portugal) tem uma longa tradição museológica e tutela neste momento um conjunto significativo de museus e centros de interpretação. Estas unidades museológicas situam-se em áreas temáticas muito diversas e gerem coleções tão variadas como história natural, artes decorativas ou arqueologia, passando pelo particular acervo material e imaterial do Museu da Música Portuguesa [3]. A especificidade de cada uma destas unidades museológicas e dos seus acervos, que as identifica perante o público e a comunidade como entidades autónomas, é contudo enquadrada por normas de gestão municipal que as ultrapassam enquanto unidades singulares.

Em 2003, no âmbito da então Divisão de Património Histórico-Cultural (DPAT), iniciou-se o processo de informatização dos inventários dos acervos museológicos municipais, tendo sido proposta a aquisição de uma aplicação específica para a gestão dessas bases de dados. Essa proposta resultou de um trabalho de sistematização da informação disponível em diferentes suportes nos museus municipais e da análise das aplicações existentes no mercado, face ao quadro identificado. Este trabalho foi feito, naturalmente, pelos profissionais dos museus e enquadrado pelo Departamento de Cultura, mas todas as decisões que se prendiam com a implementação da solução escolhida foram da responsabilidade da então Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações (DINC). Por razões técnicas, relativas às características da infra-estrutura de redes de dados da Câmara Municipal de Cascais (CMC), optou-se, em 2004, pela utilização de uma base de dados única para todas as unidades museológicas, num sistema baseado numa solução servidor/cliente [4].

Esta decisão técnica, que inicialmente, e talvez sem surpresa, pareceu constituir um problema aos profissionais dos museus, acabou por revelar-se numa oportunidade e transformar-se numa das maiores mais-valias da rede de museus municipais de Cascais. Com a diversidade dos acervos a incorporar na mesma base de dados, desde logo se compreendeu que teria que haver um esforço de normalização terminológica, sem o qual a operatividade do sistema estaria em risco. Mas a normalização do léxico seria pouco útil sem a definição semântica dos termos a utilizar e, talvez mais ainda, sem a normalização de procedimentos na alimentação da base de dados.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho para a elaboração de um Manual de Procedimentos, cujo propósito ultrapassasse o conceito de um manual técnico da aplicação já que, em primeira análise, a definição de conceitos e normalização de procedimentos são independentes do sistema de informação em uso. Além dos responsáveis pelas unidades orgânicas envolvidas na primeira fase do projeto (Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães, Museu do Mar Rei D. Carlos, Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, Casa Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos e DPAT – coleções de arqueologia e etnologia), o grupo incluiu também a empresa que desenvolve a aplicação adquirida pela CMC (Sistemas do Futuro – Multimédia, Gestão e Arte).

Sendo a normalização a ideia chave deste projeto, procurou-se uma aproximação às normas nacionais e internacionais disponíveis para a gestão de informação em museus. Preferencialmente foram adoptadas as directrizes emanadas pelo Ministério da Cultura português mas, quando estas se revelaram lacunares ou incoerentes, recorreu-se a normas internacionais ou estrangeiras, nomeadamente do ICOM [5], *English Heritage* [6] ou *British Museum* [7].

O Manual de Procedimentos ficou concluído em 2006 [8] e o longo processo da sua elaboração contribuiu para alterar qualitativamente a relação entre os profissionais dos museus envolvidos e para melhorar significativamente o grau de acesso e eficácia da

utilização da informação anteriormente dispersa entre várias unidades orgânicas da CMC. Por outro lado, a reflexão conjunta baseada nas especificidades das coleções dos museus municipais de Cascais resultou em alterações à própria aplicação, otimizando o seu uso, não só para este grupo local de unidades museológicas, mas também para os restantes utilizadores que são clientes do mesmo *software* em Portugal e Espanha.

Embora, numa primeira fase, a utilização deste sistema de informação tenha sido exclusivamente centrada no património móvel sob responsabilidade dos museus municipais, a escolha inicial da aplicação fez-se por representar a única solução disponível no mercado português que permitia a gestão integrada de informação relativa a diferentes tipologias de património cultural, incluindo o património imóvel. Em 2007, encontraram-se reunidas as condições para a sistematização de informação disponível e recolha de novos dados relativos ao património imóvel de interesse cultural no município e, naturalmente, a sua gestão foi integrada na base de dados dos museus. Esta integração permitiu o estabelecimento de relações entre objetos e locais de recolha (sobretudo no que diz respeito às coleções de arqueologia e etnografia) e beneficiou de todo o esforço de normalização de procedimentos e conceitos realizado no inventário dos bens móveis.

Existindo também na CMC um Sistema de Informação Geográfica (SIG), que integrava informação de outras áreas de gestão municipal (urbanismo, obras e manutenção, desporto, educação, desenvolvimento social, etc.), procurou desenvolver-se uma solução que permitisse criar uma ligação entre as bases de dados que suportam os dois produtos. Mais uma vez, esta integração foi decidida com o objetivo de rentabilizar os recursos de existentes no município ao nível de tecnologias da informação, sobretudo por eliminar a duplicação de informação em dois sistemas diferentes e os inevitáveis erros e omissões decorrentes desse facto [9].

O cruzamento desta informação com a os dados inseridos no SIG (ou noutras bases de dados municipais também acessíveis através desta plataforma) representa um passo muito importante na gestão e planeamento do território: de uma forma simples, sem necessidade de pesquisas em plataformas intermédias, podemos saber quais as obras programadas que podem afetar o património cultural, o andamento dos processos de licenciamento urbano em curso em áreas sensíveis, a relação com redes de transportes ou infraestruturas, a proximidade de equipamentos e serviços, ou até aceder a dados estatísticos que permitem caracterizar a demografia e o tipo de ocupação da envolvente. Por outro lado, a articulação entre os dois sistemas possibilita que se acrescentem parâmetros geográficos aos critérios de pesquisa no sistema de informação dos bens culturais de Cascais.

Este exemplo à escala local vem mostrar como a utilização de tecnologias de informação na gestão do património cultural pode funcionar como um catalisador para

a normalização de conceitos e procedimentos e contribuir para a interoperabilidade e comunicação entre sistemas de informação. Por outro lado, o envolvimento dos profissionais dos museus na construção de uma linguagem comum, especificamente vocacionada para a utilização desses sistemas, constituiu-se como um factor de coesão da rede e contribuiu para uma maior eficácia e rentabilização de recursos.

Ainda em Portugal, e reduzindo a escala para um âmbito regional, a Rede de Museus do Algarve (RMA) pode também ser considerada um bom exemplo em que a normalização de procedimentos se faz associada à utilização das tecnologias de informação e da formação profissional.

A RMA, criada em 2007, assume-se como uma estrutura informal que congrega museus afectos a diferentes tutelas e que partilham, além da implantação regional, uma *Carta de Princípios* com as seguintes orientações: liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e ética profissional, informação e comunicação, formação, inovação e programação museológica [10]. A cooperação em rede, mais uma vez, só é operativa se existirem plataformas de entendimento comum sobre os conceitos e procedimentos que orientam o trabalho nas unidades museológicas que a integram.

Boa parte do sucesso do funcionamento da RMA, que conta neste momento com 16 membros, assenta no investimento feito na formação dos seus profissionais. Entre as várias áreas temáticas abrangidas pelo programa de formação da RMA, a utilização das tecnologias de informação e comunicação ocupa um lugar de destaque. Para além da utilização de sistemas de informação para gestão de bases de dados, também a comunicação e a interacção dos museus com os seus públicos através da internet já foram objecto de acções de formação específica.

As acções de formação tradicionais, em que são convidados formadores exteriores à RMA, são acompanhadas por um conjunto de iniciativas com o título genérico “Os Técnicos dos Museus Encontram-se”. Este formato constitui-se como um espaço de diálogo entre profissionais – centrado num tema pré-definido – em que são discutidas situações concretas do quotidiano dos museus, os problemas encontrados e as soluções possíveis. O facto de muitos dos museus da RMA utilizarem as mesmas ferramentas no âmbito das tecnologias de informação – nomeadamente a mesma aplicação de gestão de bases de dados – potencia esta partilha de experiências e torna mais profícuos estes encontros de profissionais.

O programa de formação da RMA e a utilização das mesmas tecnologias de informação acabam assim por ser elementos fundamentais no enraizamento do espírito de cooperação e solidariedade entre os profissionais. E esse espírito é essencial na construção da linguagem comum necessária ao funcionamento eficaz de qualquer rede. Mais do que falarem a mesma língua, os profissionais da RMA estão a construir uma linguagem comum, que se vai afirmando como um dos traços identitários deste conjunto de museus.

### **3. Museus da CPLP: um exemplo global?**

Reduzindo significativamente a escala, e considerando o universo da CPLP, é sedutor pensar na construção de uma rede de profissionais de museus de língua portuguesa. O facto de falarmos a mesma língua é o primeiro passo para a afirmação de verdadeiras redes de cooperação, alicerçadas na partilha de experiências e recursos. Mas, se somos herdeiros históricos e culturais deste passo de gigante, importa tomarmos nas nossas mãos os modestos passos seguintes da consolidação deste caminho.

Esses passos terão que ser no sentido na normalização de conceitos e procedimentos nos museus. Só assim poderão ser criados sistemas de informação compatíveis que, ao comunicarem entre si, possam afirmar a comunidade de museus de língua portuguesa como um todo coerente, no mundo globalizado em que vivemos. A utilização de tecnologias de informação pode apresentar-se como um poderoso auxiliar nesta tarefa, contribuindo construção do já referido léxico técnico-científico comum aos museus da CPLP. Só com uma mesma linguagem se poderá garantir a articulação de sistemas de informação de diferentes entidades museológicas, em tão diferentes unidades nacionais e continentais.

A utilização de tecnologias de informação, contudo, não é uma “solução milagrosa”: não basta decidir a sua aquisição e garantir a sua instalação nos museus. É necessário entender que as tecnologias de informação são um meio para atingir um fim e que, antes da sua aplicação, é preciso definir objectivos e plataformas de entendimento entre os seus utilizadores. Neste sentido, o envolvimento dos profissionais é essencial para a eficácia das ferramentas tecnológicas ao seu dispor.

Uma das formas mais eficazes de garantir esse envolvimento é através de programas de formação que se assumam também como veículos de comunicação entre profissionais. Orientar esses programas de formação para a normalização de estruturas de dados, procedimentos e conteúdos, poderá ser o “ovo de Colombo” no arranque da criação, quer de uma verdadeira rede de museus de língua portuguesa, quer do léxico técnico-científico comum desta área disciplinar.

A cooperação técnica é, regra geral, mais fácil que a cooperação política ou administrativa. Os exemplos apresentados mostram como, à escala local e regional, é possível partir da solução técnica de problemas concretos para criação de sistemas de informação interoperáveis e de redes de cooperação e partilha de recursos, no âmbito dos museus. À escala global, o espaço da CPLP pode constituir uma oportunidade de universalização de normas e conceitos nos museus de língua portuguesa.

Essa universalização será tanto mais garantida quanto mais aproximarmos os museus da CPLP de normas internacionais de documentação e informação em museus. Como já foi referido, questões como a semântica e a interoperabilidade de sistemas de informação são independentes da língua original dos conteúdos. Havendo compatibilidade entre a estrutura de dados usada no registo de informação e na

semântica dos conceitos, a comunicação entre informação produzida em diferentes línguas é uma questão relativamente fácil de resolver do ponto de vista tecnológico. Mas, para isso poder acontecer com a língua portuguesa, é necessária a fixação de um léxico museológico comum a todos os países da CPLP e a sua correspondente tradução nas línguas em que as normas internacionais se encontram oficialmente estabelecidas. Além das questões de linguagem, importa também garantir a normalização de procedimentos nos museus, sem a qual se encontra comprometida a criação de verdadeiras redes de cooperação e partilha de recursos e informação. E, nunca é demais repeti-lo, essas redes são tão mais eficazes quanto mais os profissionais nelas envolvidos são parte activa na sua definição e manutenção.

Este parece-me ser um desafio maior a lançar no âmbito da CPLP e do ICOM: a afirmação dos museus de língua portuguesa como unidade coerente, através da adopção de uma linguagem e normas de procedimentos comuns aos profissionais que neles trabalham.

#### 4. Referências

- [1] Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2008). *Declaração - Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da CPLP*. Acedido em: 26, Junho, 2011, em: <http://www.cplp.org/id-2217.aspx>.
- [2] Martinez, K. e Isaksen, L. (2010). The semantic web approach to increasing access to cultural heritage. Em: C. Bailey e H. Gardiner (eds.), *Revisualizing visual culture*. Ashgate. Farnham. 29-44.
- [3] Santos, J.A e Neves, J.S. (2005). *Os museus municipais de Cascais*. Observatório das Actividades Culturais. Lisboa
- [4] Almeida, M.J. e Matos, A. (2005). *Implementação do sistema de informação dos Museus de Cascais*. Acedido em: 30, Agosto, 2011 em: <http://independent.academia.edu/MariaJosedeAlmeida/Talks/52779>.
- [5] Crofts, N.; Doerr, T. G. e Stead, S. (2010). *Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model*. Acedido em: 7, Junho, 2011, em: [http://www.cidoc-crm.org/official\\_release\\_cidoc.html](http://www.cidoc-crm.org/official_release_cidoc.html).
- [6] English Heritage National Monuments Record (2010). *English Heritage Thesaurus*. Acedido em: 7, Junho, 2011, em <http://thesaurus.english-heritage.org.uk>.
- [7] Szrajber, T. (1997). *British Museum Materials Thesaurus*. Acedido em: 7, Junho, 2011, em: <http://www.collectionstrust.org.uk/bmmat/matintro.htm>
- [8] Câmara Municipal de Cascais (2006). *Sistema de Informação dos Museus de Cascais: Manual de Procedimentos*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.
- [9] Almeida, M.J., Matos, A. e Cabral, F. (2011). The Integrated Archaeological Management System at Cascais, (Portugal): From Management to Public Access. Em: *Proceedings of the 38th Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*. Granada, 6-9 Abril 2010. Universidade de Granada. Granada.
- [10] Paulo, D. (2009). *Os Museus do Algarve: marcos da Identidade regional*. . Acedido em: 25, Julho, 2011, em: [http://www.agecal.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=67&Itemid=2](http://www.agecal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=2)